



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante abertura da 29ª Reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES

Brasília Alvorada Hotel – Brasília-DF, 05 de março de 2009

Não se assustem pelo volume aqui, porque as letras são grandes.

Meu caro companheiro José Múcio, ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais e secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Quero cumprimentar a ministra Dilma e, em nome dela, cumprimentar todos os ministros que estão aqui presentes,

Senhores representantes do corpo diplomático,

Companheiros deputados,

Nosso líder do governo, Henrique Fontana,

Senadores,

Meu caro Paulo Godoy, em nome de quem cumprimento os integrantes do Conselho,

Convidados estrangeiros que vieram participar deste encontro,

Companheiros da imprensa,

Meus amigos e minhas amigas,

Primeiro, precisava ter colocado uma luzinha aqui, porque eu estou... Isso aqui está meio parecendo uma boate aqui. Vocês estão...?

Bem, a forma mais econômica, pelo que eu tenho, de fazer um discurso, é ler, porque se for fazer de improviso aqui, vocês vão pedir para eu parar de falar. É coisa de latino-americano, sobretudo na classe política.

Antes de mais nada, gostaria de saudar os participantes deste Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento, organizado pelo Conselho de



Desenvolvimento Econômico e Social. O CDES, como todos sabem, tem um acúmulo precioso de contribuições para a nossa agenda do desenvolvimento.

Não poderia haver iniciativa mais oportuna neste momento do que reunir intelectuais e lideranças políticas, bem como lideranças sociais e empresariais, do Brasil e do exterior, para debater a crise mundial e suas consequências.

Creiam, não se trata de uma manifestação protocolar. Vejo neste fórum, de fato, a antecipação daquilo que o mundo mais precisa para equacionar e vencer as turbulências que se multiplicam no plano internacional. O nome desse requisito é entendimento político. O nome dessa condição é ação cooperativa multilateral. O nome dessa premissa é, enfim, uma agenda de prioridades que reconcilie os interesses da economia e da sociedade. Somente assim será possível dar um novo alicerce às transformações cobradas pelas nações e pelos povos nessa travessia singular da nossa história.

Por mais injustas que sejam – como de fato são – as consequências dessa crise para as populações pobres e as economias em desenvolvimento, a verdade é que ela coloca um ponto final em um ciclo de mais de duas décadas de equívocos e fraudes cometidos em nome do “deus” mercado.

Disse-o bem Paul Volcker – o ex-presidente do FED norte-americano – acerca do arsenal de inovações financeiras multiplicado nos últimos anos. Diz ele: “Ele nada acrescentou de relevante à economia real”. Não acrescentou mesmo, e não contribuiu, como tenho repetido, para incentivar a produção sequer de um parafuso.

É preciso, portanto, reconhecer e valorizar cada vez mais o papel de todos aqueles que resistiram arduamente à agenda do Estado mínimo nas últimas décadas; dos que resistiram ao desmonte das políticas públicas em nome da desregulação dos mercados; dos que resistiram, sobretudo, a entregar a sorte da sociedade aos azares do cassino financeiro, optando, em vez disso, por implantar e ampliar políticas sociais para ordenar a economia e qualificar o crescimento.



A crise atual consolida e consagra uma agenda de desenvolvimento que vinha sendo criticada de forma injusta e agressiva nos últimos anos. Se alguém ainda tem dúvida sobre a mudança em curso, recomendo a leitura do orçamento fiscal norte-americano anunciado pelo presidente Obama, na semana passada.

Um novo paradigma emerge em meio às ruínas das finanças desreguladas. Consolida-se rapidamente um novo idioma político, que recupera e fortalece a luta por uma sociedade cada vez mais democrática e justa socialmente.

A ideologia neoliberal do Estado mínimo experimenta o seu crepúsculo. A justiça fiscal recupera sua responsabilidade como alavanca indissociável do desenvolvimento e do bem-estar social. Emprego e oportunidade; saúde pública e educação de qualidade; infância amparada e velhice digna são as renovadas balizas do desenvolvimento.

Permitam-me dizer-lhes – não sem uma ponta de orgulho – que na América do Sul, e em especial no Brasil, a partir de 2003, essas balizas conquistaram ampla legitimidade em todos os escrutínios a que foram submetidas nos últimos anos. Nosso grande desafio, portanto, é ampliá-las e fortalecê-las no nosso país e contribuir para sua institucionalização em nível internacional.

A reforma dos organismos internacionais está no centro desse momento histórico. O FMI, o Banco Mundial, a própria Organização das Nações Unidas, bem como as agendas do G-20 e da OMC devem incorporar a nova geopolítica e os novos valores consagrados na esfera mundial.

Chamo a atenção dos intelectuais e das lideranças presentes neste seminário para a urgente atualidade de alguns temas.

Definitivamente, essa crise deixa claro que a política não é o oposto da eficiência, é um dos seus pressupostos essenciais. Tampouco o Estado é o estorvo do desenvolvimento. Ele é, sobretudo, o indutor. Impõe-se discutir uma



nova visão política e teórica do papel do Estado na globalização .

É inadiável aprofundar o debate sobre a interação entre democracia política e a regulação econômica da sociedade em nosso tempo. É crucial acelerar o avanço dos processos de integração regional, a exemplo da integração sul-americana. Temos aí, certamente, um caminho indispensável para a inserção ativa das nações em desenvolvimento no contexto da globalização.

Acima de tudo, trata-se de compreender que a reordenação mundial que a crise impõe transcende a capacidade das respostas técnicas e, sobretudo, das respostas unilaterais. Não se trata mais da vontade de um ou de outro chefe de Estado, de um ou de outro grupo de pressão, deste ou daquele organismo multilateral.

O colapso da ordem financeira mundial coloca desafios que excedem o raio de ação de forças sociais isoladas. Extrapola o alcance de setores econômicos específicos. Em um certo sentido, vai além da esfera de soberania dos Estados nacionais.

Só há uma força tão contundente em versatilidade e abrangência para enfrentar uma crise internacional do dinheiro desregulado, e essa força é a política. Não qualquer política, mas a política modelada em instituições multilaterais representativas, capazes de assumir com desassombro a incumbência de sanear o passado e estabelecer as novas bases para o futuro. Vivemos dias extraordinários, e diante do extraordinário, as ferramentas da rotina têm eficácia reduzida. A agenda mundial experimenta uma renovação vertiginosa nos últimos meses. Nosso desafio, agora, é manter o crescimento em meio às turbulências de uma travessia irreversível.

Para o Brasil, felizmente, não se trata de um desafio estranho às prioridades adotadas pelo governo nos últimos anos. Desde 2003, lutamos com cautela, mas com firmeza, para livrar a economia brasileira de uma inserção dependente e subordinada à lógica financeira internacional.



Assumimos a Presidência com uma das maiores dívidas externas do mundo. Uma bola de neve que crescia à taxa de 6,5% ao ano, enquanto as exportações aumentavam apenas 4,5%, em média. Na progressão que antevia o desastre, as reservas cambiais caíram a US\$ 17 bilhões de dólares.

Hoje, ao contrário, somos credores internacionais. Temos um cinturão de segurança de US\$ 200 bilhões; somos auto-suficientes em petróleo; desfrutamos maior solidez e autonomia para atravessar esse período de incertezas, sem renunciar à nossa agenda do crescimento. Nosso sistema de bancos estatais foi recuperado, fortalecido e ampliado. Devolvemos ao BNDES sua vocação de banco de desenvolvimento. Em 2008, sua carteira de financiamentos chegou a quase R\$ 92 bilhões; um total 40% superior a 2007.

Para 2009, o BNDES terá aportes adicionais de R\$ 100 bilhões para assegurar o crédito necessário ao investimento e ao capital de giro das empresas e grandes projetos de infraestrutura. O Banco do Brasil ganhou capilaridade adicional com a aquisição da [Nossa] Caixa e do Banco Votorantim, com a sociedade, e ficou mais robusto para atuar no financiamento da agricultura, do consumo e da indústria.

A Caixa Econômica Federal nunca financiou tanto a construção civil como hoje. E aqui um dado importante para os empresários: em janeiro e fevereiro do ano passado, a Caixa Econômica Federal fez contratos de financiamento de menos de R\$ 1 bilhão. Este ano, no mesmo período, a Caixa Econômica Federal já fez contratos de R\$ 1 bilhão e 900 milhões. Paulo Godoy que reúna os empresários da construção civil, e se preparem, porque os 20 anos que vocês passaram sem ter investimentos públicos em obras de infraestrutura acabaram. Agora não é mais desafiar o governo para fazer investimento em infraestrutura, é desafiar os empresários para se prepararem para construir as obras que nós vamos contratar.

A Caixa Econômica está apta a assumir a liderança financeira da política habitacional anticíclica que anunciaremos nos próximos dias. Certamente, a



Dilma vai falar, o Guido vai falar, o Meirelles vai falar, mas nós vamos anunciar, nos próximos dias, um pacote de habitação de um milhão de casas populares para a população de zero a 10 salários mínimos. A Caixa, ao lado das demais instituições do mercado, cuidará de assegurar o crédito necessário à aquisição dessas unidades pelos segmentos de renda popular, bem como pelas faixas de renda média e média alta.

O PAC, se já não existisse, teria que ser criado. No fundo é o que muitos países, inclusive os ricos, estão procurando fazer neste momento: retomando a coordenação pública dos investimentos, como consolidamos a partir de fevereiro de 2007.

Agora, em plena crise, o que fizemos foi aumentar até 2010, em 142 bilhões, o total de investimentos previstos nesse programa, o que vai resultar em um acréscimo de 502 bilhões até 2010. Eles somam agora mais 1 trilhão, em relação aos 693 bilhões originais, isso se nós levarmos em conta os investimentos previstos até 2015. Desse total, 646 bilhões serão investidos até 2010, contra 504 bilhões, que era o original. Outros US\$ 36 bilhões das reservas foram alocados ao comércio exterior, de modo a assegurar a competitividade das exportações em um ambiente cercado de ameaças protecionistas.

E por falar em protecionismo, deixemos bem claro: não podemos passar do vale-tudo financeiro, que jogou o Planeta na situação atual, para o vale-tudo protecionista, que certamente nos jogaria numa crise ainda pior do que aquela que resultou na 2ª Guerra Mundial.

Meus amigos e minhas amigas,

O Brasil desfruta nesse momento de uma posição privilegiada, reconhecida nacional e internacionalmente. Temos coordenação pública de investimentos, temos rede sólida de bancos estatais e privados, temos reservas e recursos garantidos para financiar a economia.

Mas, sobretudo, a grande novidade é que o Brasil não depende



fundamentalmente de dinheiro externo para preservar seu crescimento em meio a uma crise mundial equivalente, ou até mais grave, que a de 1929. Essa conquista inédita deve ser creditada ao conjunto de políticas e decisões estratégicas tomadas nos últimos anos. Uma das mais importantes, vemos agora, foi impulsionar a construção de um robusto mercado de massas, como nunca tinha acontecido no nosso país.

Foram decisivas, nesse sentido, as políticas sociais, bem como a recuperação do poder de compra do salário mínimo, que cresceu 51% em termos reais, de 2003 até agora. Mais de 20 milhões de brasileiros e brasileiras saíram da base da pirâmide de renda, nos últimos anos, para ampliar as faixas médias de consumo do mercado interno.

Não estamos falando, portanto, de iniciativas pontuais desprovidas de sentido estratégico. Mudanças estruturais foram adicionadas à engrenagem econômica do País e elas mudaram, e continuam mudando, a sociedade e o desenvolvimento brasileiro. Os canteiros de obras do PAC, multiplicados por todo o País, consolidam essa redefinição estrutural nas diferentes regiões do País nesse momento. Esse conjunto irradia efeitos benéficos e encadeados sobre o nível da renda, do emprego, da oferta e da demanda, ampliando os limites e oportunidades de crescimento em plena crise.

Acima de tudo, porém, o que diferencia esse ciclo, que estamos vivendo, de episódios anteriores de nosso desenvolvimento é que, desta vez, sua continuidade não depende apenas da lógica econômica.

Uma nova consciência democrática e popular se espraia pela sociedade brasileira. O que essa forte consciência nos diz é que a economia não pode mais se divorciar da voz da democracia, tampouco ignorar o comando da justiça social na condução do desenvolvimento no século XXI. Investidores nacionais e estrangeiros já entenderam a força aglutinadora desse novo ingrediente e por isso mantêm e ampliam seus investimentos no País.

Tenho a certeza de que este seminário, com a inteligência, o talento e as



experiências públicas e privadas aqui presentes, saberá debater e aprofundar os caminhos do desenvolvimento do Brasil, contribuindo para que avancemos, governo e sociedade, na construção do país que sempre sonhamos.

Meus amigos e minha amigas,

Apenas para não perder o hábito, eu queria reforçar uma coisa que eu disse no meu discurso, da questão política. Eu estou convencido de que a saída para essa crise que estamos vivendo só acontecerá se os governantes do mundo assumirem o papel de governantes dos seus países.

Houve durante duas décadas quase uma apatia, porque as pessoas eram eleitas sob a égide de que o Estado não valia nada, de que tudo seria resolvido pelo mercado e que, portanto, o papel do governante era enxugar o Estado, diminuí-lo o máximo possível, porque o Estado atrapalhava o desenvolvimento da economia. Muitos dirigentes políticos passaram o mandato inteiro tentando fazer isso. Chegaram a falar até em choque de gestão como a única forma de a gente resolver o problema de cada país.

Aqui no Brasil, no nosso governo, nós nunca falamos em choque de gestão. Mas o dado concreto é que a dívida pública caiu de 56% para 33%, e não é pouca coisa 20% em poucos anos.

Mas o mais importante é que a decisão que nós temos que tomar daqui para a frente é saber se os líderes políticos assumirão o seu papel de lideranças políticas e se o Estado voltará a ter o papel que tem que ter, não no gerenciamento da economia, mas na indução das boas políticas que têm que ser colocadas em prática no mundo inteiro.

O que nós vimos é que aqueles que sabiam tudo até essa crise, ficaram sem saber nada depois da crise. E foi exatamente o Estado, que foi negado a vida inteira, que foi chamado para salvar aqueles que até então pareciam os deuses da verdade, e o “deus” do mercado.

O que nós percebemos é que o mundo ficou subordinado a uma especulação financeira sem precedentes na nossa história. Ninguém sabe até



hoje quantos trilhões de dólares atravessavam os oceanos, sem passaporte, sem nada. E depois da crise a gente percebe que os dólares que sobrevoavam desapareceram. Os bancos que apareciam nas pesquisas e nos estudos da importância dos bancos nos PIBs, apareciam com uma pizza desse tamanho, hoje é uma mini-pizza, ainda sem saber o que está acontecendo, porque ainda não se sabe a totalidade da profundidade dessa crise. E não existe uma outra explicação a não ser aquela de que o sistema financeiro esteve totalmente divorciado e dissociado do setor produtivo das nações.

Chegamos a um momento em que alguns podem estar reclamando dessa crise, alguns poderão estar vendo o fim do mundo com essa crise. Eu confesso a vocês que posso ser exagerado, algumas pessoas não gostam quando eu digo isso, mas essa crise é a oportunidade de os governantes voltarem a governar, e do Estado voltar a coordenar os interesses das sociedades que nós representamos.

Vamos ter uma reunião do G-20 no dia 2 de abril, já tivemos a experiência da OMC. Eu disse a todos os presidentes e a todos os primeiros-ministros: a OMC não vai chegar a nenhum acordo enquanto os dirigentes políticos não tiverem coragem de dizer o que querem e fazerem um acordo.

Em três reuniões do G-8 eu tentei propor aos presidentes que nós deveríamos fechar o acordo da OMC entre os presidentes e obrigar os nossos assessores a cumprirem. A verdade é que as pessoas ficam mais dependentes dos assessores do que os assessores do presidente, e a coisa não foi.

Nós nunca, Maria da Conceição Tavares, estivemos tão perto de fazer um acordo, nunca. Eu cheguei ao ponto de dizer ao presidente Bush que ele tinha que decidir com qual biografia ele queria terminar o mandato: se era apenas com a biografia da Guerra do Iraque, e que ele poderia melhorá-la fazendo o acordo da OMC. E como os Estados Unidos são o país mais importante do mundo, ele obviamente encabeçaria esse acordo da OMC. Não aconteceu. Nem aconteceu o acordo da OMC, por um problema político-



eleitoral nos Estados Unidos e um problema político-eleitoral na Índia, por isso é que não aconteceu o acordo. E, ao mesmo tempo, nós ganhamos de presente essa crise econômica, resultado da especulação, porque ninguém até agora me explicou por que o petróleo saiu de US\$ 30 o barril para US\$ 150, a soja saiu para o preço que saiu, e caiu, ao mesmo tempo, sem nenhuma explicação. A única explicação era que a especulação não se sustentava a vida inteira, se ela não estivesse subordinada à produção dos países.

Nós, agora, vamos ter que decidir não apenas a regulação do sistema financeiro, não apenas os paraísos fiscais, em que é preciso haver uma regulação. Mas nós vamos ter que decidir como restabelecer o crédito, eu diria, no Planeta, porque sem crédito as economias não funcionam, as empresas não investem e a economia não roda.

O dilema que está colocado para os países é saber o seguinte: podemos ou não voltar ao crédito que tínhamos antes da crise? Esse é um desafio. Onde está o dinheiro, Gerdau, que circulava pelo mundo afora? Desapareceu? Será que os países ricos vão continuar apenas colocando dinheiro com o intuito de salvar bancos, ou será que alguns países terão coragem, sem medo da palavra, de estatizar os bancos, recuperá-los, fazer voltar o crédito e depois, então, se quiserem, entregarem os bancos a quem eles entenderem que devam entregar.

O que não pode é a gente ficar colocando água na panela quente sem colocar os ingredientes para fazer a comida, porque a água evapora. Pode colocar mais um copo, que vai evaporar. E pode colocar mais um copo, que vai evaporar. O que nós precisamos é colocar os ingredientes para, daquela água, a gente fazer a nossa comida e sobreviver.

O que nós vamos discutir no G-20 – eu não sei se é a disposição de todos os presidentes do mundo, pelo menos essa é a minha – é que chegou a hora da verdade e a hora da política, não tem contemporização. Essa crise pegou os países em desenvolvimento, e sobretudo os países pobres da



América Latina que ficaram 20 anos sem crescer, experimentando o desemprego, experimentando o crescimento da miséria, experimentando o crescimento da favela. Quando esses países começam a crescer, eles são pegos de surpresa por uma crise gerada no coração daqueles que sabiam tudo, mas que não sabiam das suas crises. É impressionante.

Eu me lembro, Meirelles, de quantas vezes a delegação do FMI descia aqui e era estampado na primeira página dos jornais brasileiros como os salvadores da pátria do nosso país. Eram eles que diziam: pode fazer estrada ou não pode fazer estrada, pode fazer escola ou não pode fazer escola, pode investir nisso ou não pode investir naquilo. E nós, de forma obediente, cumprimos o receituário, e todos os países cumpriram o receituário.

Quando nós conseguimos nos libertar disso e começamos a crescer, começamos a enxergar pelos nossos próprios olhos e começamos a tomar as decisões pelos nossos próprios políticos, o nosso país começou a se recuperar. E agora, outra vez, estamos subordinados a uma crise de que nós não temos culpa, e muito menos os pobres do mundo têm culpa.

Então, eu queria dizer para vocês que embora eu tenha falado de crise, eu sou o mais otimista dos brasileiros e o mais otimista dos governantes. Eu me lembro de que quando caiu o Muro de Berlim, eu fui muito criticado aqui no Brasil, porque eu dizia que a queda do Muro de Berlim era a oportunidade de a gente repensar as coisas no mundo, porque até então estava tudo escrito, o Manifesto Comunista dizia tudo o que a gente tinha que fazer, o Marx já tinha dito tudo o que nós tínhamos que fazer. Era como se nós tivéssemos que ser um pequeno robô, sem ter o direito de pensar. O meu Partido nasceu exatamente do desaforo de pensar diferente, exatamente. Os sindicatos, no Brasil, cresceram exatamente pensando diferente.

Agora é a hora de a gente aproveitar essa crise para fazer o que nós não tivemos coragem de fazer nos últimos 20 anos. Nós não temos problema de déficit público, o País está totalmente equilibrado. Aqui neste país ninguém



ousa mais falar em equilíbrio fiscal.

Não me peçam para fazer com que os trabalhadores paguem a crise outra vez, arrochando salário, não me peçam, porque eu estou convencido de que a nossa teoria estava correta. Quando diziam, neste Brasil, que a gente só poderia distribuir se o País crescesse, nós ficamos esperando crescer 30 anos, e cresceu. Alguns poucos comeram tudo e nós ficamos sem nada. E a gente dizia: é preciso distribuir para a gente garantir que a economia cresça.

E por incrível que pareça – alguns podem discordar – mas foi exatamente a quantidade de políticas sociais que nós criamos no País que fez com que as partes mais pobres do Brasil crescessem mais do que a parte mais rica do Brasil, com pequenos programas. Um programa como o Luz para Todos, que já levou energia na casa de 2 milhões de famílias, atendendo 10 milhões de pessoas. Essas pessoas passaram a poder comprar uma televisão, um liquidificador, uma geladeira, uma casa de farinha. Para alguém que mora em um grande centro urbano isso parece pouco, mas para quem nunca teve nada... vocês não sabem a sensação de uma pessoa que viveu à base do candeeiro a vida inteira acender uma luz dentro da sua casa. É como se a gente transportasse uma pessoa do século XVIII para o século XXI, naquela chamada “máquina do tempo”.

O Bolsa Família, que alguns ainda criticam, porque no Brasil toda vez que a gente faz política para os pobres é chamado de “assistencialista”. Possivelmente, uma pessoa que dá 75, 85, 95 reais de gorjeta quando toma o seu uísque, não tenha noção do que significam R\$ 80,00 na mão de uma mãe de família, não tem noção do que ela pode levar para dentro de casa.

A política de compra de leite, de compra de alimentos dos pequenos produtores, a assistência técnica no campo. O financiamento de 25 bilhões do BNDES para a agricultura familiar comprar tratores e comprar máquinas agrícolas. O que está fazendo a indústria de máquinas agrícolas se sustentar nesse momento, é esse programa.



Podem ficar certos de uma coisa: nós não sabemos tudo o que precisa fazer no País. Possivelmente, muitos de vocês tenham idéias que nós ainda não conhecemos. Nós não sabemos fazer tudo o que precisa ser feito. Mas a verdade é essa: se alguém tiver uma boa idéia nos dê, porque nós não teremos medo de dizer, em alto e bom som, que tudo o que tem que acontecer com essa crise, não é o presidente da República se trancar no seu gabinete, os ministros resolverem fazer contingenciamento cada maior, cada vez gastar menos, cortar salário, em nome de que a gente vai vencer a crise. Não. Essa crise, nós iremos vencê-la diferentemente de outras crises. Essa é com investimento, é com ousadia, é com coragem, é disponibilizando crédito neste país que a gente vai poder fazer este país crescer. É estabelecendo nova lógica na relação comercial. Por que o dólar tem que ser a moeda com que eu troco coisas com a Bolívia, com a Argentina, com o Paraguai, com a China? Por que eu não posso trocar nas moedas dos nossos países? Por que eu tenho que ficar subordinado a isso?

Então, meus companheiros e companheiras, eu até gostaria de pedir aos convidados estrangeiros que [vieram] para o Brasil: já que gastaram dinheiro e vieram para cá, atravessaram os oceanos, ou os que vieram aqui da América Latina, que aproveitem um dia só para conhecer o conjunto de políticas sociais que nós colocamos em prática neste país, que vocês vão perceber que foi plenamente possível ajudar os pobres e fazer os ricos ganharem muito dinheiro. Se vocês pegarem os balanços de nossas empresas, [vão ver que] nunca se ganhou tanto dinheiro neste país. Lamentavelmente, alguns quiseram ganhar mais do que deveriam ganhar, se meteram com os tais de derivativos e quebraram a cara, lamentavelmente. As pessoas não se contentaram em ganhar dez pães, quiseram ganhar 15, e ganhar os 5 sem produzir uma arruela, sem produzir uma folha de papel.

Eu espero que isso sirva de lição para todos nós e que a gente, daqui para a frente, tenha em conta que qualquer política econômica só será séria se



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

for subordinada à produção, à geração de empregos e à distribuição de renda.

Boa sorte para vocês.

(\$211A)